

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.571.655 - SP (2019/0253429-3)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**AGRAVANTE** : SANMAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA  
**ADVOGADO** : IVAN JOSIAS DE MOURA - SP247026  
**AGRAVADO** : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PROCURADORES** : DERLY BARRETO E SILVA FILHO - SP118956  
JULIANA YUMI YOSHINAGA KAYANO E OUTRO(S) - SP214131

### **DECISÃO**

Trata-se de Agravo, interposto por SANMAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, mediante o qual se impugna decisão que inadmitiu seu Recurso Especial, esse tirado de acórdão, proferido do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL - ICMS.

Energia elétrica consumida na industrialização para terceiros e integrada como insumo industrial. Regularidade da autuação à vista do art. 402, § 2º do RICMS/00.

Recurso não provido" (fl. 615e).

Embargos de Declaração rejeitados (fls. 629/632e).

Alega-se, nas razões do Recurso Especial, manejo com apoio nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, a existência de dissenso pretoriano e ofensa aos arts. 19, 20 e 33, II, **b**, da Lei Complementar 87/96.

Sustenta, a parte recorrente, em síntese, o seguinte:

"3.1.7 - Conforme já argumentado em sede de apelação, o objeto social e atividade principal da empresa é a chamada industrialização para terceiros, ou seja, realização da operação de industrialização para outras empresas que não sejam usuárias finais destes produtos, também conhecida tecnicamente como industrialização por encomenda (artigo 9º, IV do RIPI/2002).

3.1.8 - Assim sendo, é certo que a RECORRENTE tem pleno direito ao crédito da entrada de energia elétrica no estabelecimento,

# *Superior Tribunal de Justiça*

pois ela é notoriamente consumida no processo de industrialização" (fl. 647e).

Requer, por fim:

"(...) a Vossas Excelências que se dignem a:

- a) atribuir efeito suspensivo ao presente Recurso Especial, nos termos do art. 1.029, § 5º, do NCPC, pois, como explicitado no tópico anterior, há risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e restar demonstrada a probabilidade de provimento do apelo;
- b) receber e conhecer o presente Recurso Especial, intimando-se a parte contrária para, querendo, apresentar resposta no prazo da lei, e, ao final, conceder-lhe provimento, determinando-se a REFORMA integral do v. acórdão guerreado, com base nos fundamentos acima aludidos, em especial para decretar a anulação do crédito tributário constituído pelo AIIM n.º 3.072.869-1, uma vez que este desconsiderou todos os créditos das notas fiscais de entrada de energia elétrica no estabelecimento, impedindo/impossibilitando ilegalmente sua devida e necessária compensação, garantindo-se a aplicação do direito positivo na sua exatidão, por ser medida de DIREITO e da mais lúdima JUSTIÇA" (fl. 668e).

Contrarrazões às fls. 756/763e.

Recurso Especial inadmitido (fl. 765e), com base na Súmula 7/STJ.

Agravo às fls. 768/786e.

Contraminuta às fls. 830/832e.

O presente recurso não merece prosperar.

Ao negar o pleito da ora agravante, assim se manifestou, no que ora importa, o Tribunal de origem:

"Consoante constou do laudo pericial, as notas fiscais essenciais para apuração da inclusão do valor relativo ao consumo de energia elétrica nas notas de saída não foram apresentadas pela autora (cf. fls. 412/415)" (fl. 617e).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Conforme se observa, ainda que a ora agravante tivesse direito, em tese, à exclusão da energia elétrica consumida no processo de industrialização, esse direito não poderia, no caso, ser exercido, dada a ausência de prova da correta escrituração do crédito.

Além de não ter sido devidamente impugnado, no Recurso Especial, a revisão desse juízo de fato demandaria incursão no conjunto probatório dos autos. Impossível, portanto, conhecer do Especial, devendo ser observadas as Súmulas 182 (por analogia) e 7 do STJ, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, conheço do Agravo para **não conhecer** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrente, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES  
Relatora